

NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Rafael Rossi¹

O processo de ensino e aprendizagem em educação do campo permite trabalhar com a realidade dos educandos/as a fim de inserir discussões críticas de temas como trabalho, educação e campesinato, por exemplo. Defendemos que inserir atividades que trabalhem de forma a valorizar os conflitos inerentes ao modo de produção capitalista, com debates e diálogos sem premissas de arrogância se mostra uma das diretrizes possíveis de contribuição para a minimização da falta de estímulo e desistência dos educandos/as. Dessa forma, o caráter de pesquisa ocorre junto às salas de aula dessa modalidade de ensino, observando, analisando e propondo caminhos que enfrentem essa problemática e enriqueçam a visão crítica dos participantes a partir da conflitualidade.

Esse posicionamento é importante, pois ao trabalhar com os conflitos a partir de uma leitura geográfica, o território aparece como elemento central: em sua disputa pelos movimentos socioterritoriais que lutam pela Reforma Agrária (em que também está presente a luta pelo acesso à educação) e o agronegócio empreendido pela lógica de concentração fundiária e de renda. O primeiro se territorializa no campo como estratégia de luta, combate e resistência a uma lógica que pretende sua aniquilação e a homogeneização do campo, já o segundo defende a monocultura, a exploração do trabalhador rural, o uso massivo de agrotóxicos, a exploração dos recursos naturais etc. Queremos dizer: o território do campo aparece como disputa e conflito, e também, como uma lógica de territorialização de práticas libertárias e democráticas a partir do embate empreendido pelos movimentos socioterritoriais como o MST. Esse conflito precisa aparecer na educação com os jovens presentes na educação do campo, para que a partir de suas experiências e seus cotidianos, novos conflitos possam aparecer e serem problematizados.

¹ Mestrando em Geografia na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP e membro do GEPEP.

Concordamos com Fernandes (2005) quando o autor entende que a questão agrária se relaciona diretamente aos conflitos pela terra, porém analisá-la somente por esse viés constitui uma visão parcial. Isso ocorre, uma vez que tais conflitos não se manifestam somente na etapa de enfrentamento entre camponeses e Estado. Esta perspectiva nos remete à reflexão sobre a Educação do Campo. Sendo assim, compreendemos que os conflitos também ocorrem uma vez que as políticas para essa modalidade de ensino, em muitos casos, não respeitam e não se preocupam em conhecer a realidade em que irão se inserir, inclusive o universo juvenil em que irão trabalhar.

A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento [...] A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. É importante destacar, ainda, que uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão da destruição do campesinato e no crescimento da organização camponesa em diferentes escalas e de diversas formas: no Brasil, na América Latina e no Mundo. (FERNANDES, 2005, p.05-06)

O trecho de Fernandes (2005) ajuda na importância em se problematizar a conflitualidade, que em nosso parecer, contribui no desenvolvimento de atividades pedagógicas no ensino de Geografia Agrária. O conflito é elemento estruturante à discussão da questão agrária e, optar por não inseri-lo nessa modalidade de ensino, é optar por não (re) conhecer o campo como território em que moram e trabalham os camponeses e muito menos se preocupar em conhecer seus jovens para aumentar o incentivo e estímulo pela educação.

Para compreender o que se passa em lugares que, como os “conjuntos habitacionais” ou os “grandes conjuntos”, e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social. (BOURDIEU, 1997, p.11)

O trecho de Bourdieu (1997) é de suma relevância de ser debatido neste ponto do texto, pois nos permite refletir sobre a conflitualidade em seu aspecto investigativo científico, por meio da análise dos confrontos com vistas ao desvendamento de dimensões até então não contempladas, não visualizadas; porém quando analisadas sobre um embasamento nos confrontos mostra outros contextos, amplia a visão. Assim, o ensino de Geografia Agrária deve ser um empreendimento solidário de cunho coletivo que se identifica com uma causa e que luta pela democratização do campo, pela agricultura familiar, enfim que possuem forte ligação com o Paradigma da Questão Agrária. O ensino de Geografia permite problematizar o modo capitalista de produção, já que a luta dos movimentos socioterritoriais da terra, como por exemplo, o MST, não se resume e simplifica-se na luta pelo acesso a terra, mas sim rumo a um projeto societário socialista para o Brasil. Dessa forma a questão agrária e seus conflitos inerentes contribuem para avançarmos metodologicamente em discussões em sala de aula de EJA que não infantilizem o ensino junto aos educandos/as a partir do princípio de politização, para aprendermos juntos (educadore/as e educandos/as) a “ler o mundo” como já nos lembra os ensinamentos do mestre Paulo Freire.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. et. AL. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005. P.52-90.